

Zimbra

marcos.almeida@sudam.gov.br

ENC: TERMO DE REFERÊNCIA SUDAM

De : WALLACI OLIVEIRA
<wallaci.oliveira@unimedbelem.com.br>

Ter, 16 de mar de 2021 20:48

 8 anexos

Assunto : ENC: TERMO DE REFERÊNCIA SUDAM

Para : marcos almeida <marcos.almeida@sudam.gov.br>,
licitacao@sudam.gov.br

Cc : ABRAHAM BENDAHAM
<abraham.bendahan@unimedbelem.com.br>,
ALBERTO ANIJAR
<alberto.anijar@unimedbelem.com.br>, Jurídico
<juridico@unimedbelem.com.br>, EWERTON SILVA
DA CRUZ <ewerton.cruz@unimedbelem.com.br>,
ANA SILVA
<anacarolina.silva@unimedbelem.com.br>,
ARMINDA MORAES
<arminda.moraes@unimedbelem.com.br>

Classificação da Informação: Restrito.

Prezados (a) Senhores (as),

Unimed Belém Cooperativa de Trabalho Médico, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.201.372/0001-37, por seu procurador constituído na forma do instrumento de mandato anexo, com fundamento no item 7 do edital do pregão eletrônico nº. 02-2021, - que visa a Contratação de operadora de plano de assistência à saúde suplementar dos servidores ativos, inativos (aposentados), bem como para seus dependentes legais e pensionistas da SUDAM, para prestação de serviços continuados assistenciais à saúde, para atender as necessidades da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), - vem Impugnar o edital na forma dos fundamentos de fato e de direito adiante declinados:

Em primeiro lugar, chamamos atenção para o item 5.3 do Anexo I do edital (Termo de Referência) o qual preconiza a inclusão como dependentes de pai/padrasto e/ou mãe/madrasta, nos seguintes termos:

5.3 -Inclusão de pai ou padrasto, a mãe ou madrasta, dependentes economicamente do servidor ativo ou inativo, conforme declaração anual de IR, que constem no seu assentamento funcional, poderão ser inscritos no plano de saúde contratado pela SUDAM desde que o valor do custeio seja assumido integralmente pelo próprio servidor, observados os mesmos valores per capita por ele contratados e na modalidade de pagamento diretamente para a operadora de saúde contratada, conforme os procedimentos adotados pela mesma.

De acordo com a resolução normativa 60/2017 que editou o Manual de Normas e Procedimentos de Auxílio à Saúde Suplementar da SUDAM, especialmente no item 4.3.3 constitui uma faculdade da Operadora a aceitação de agregados e não da SUDAM, conforme documento em anexo.

Da forma como o edital está escrito isso seriam uma faculdade da SUDAM e não da Operadora. Assim, como as operadoras de saúde trabalham com produtos registrados na ANS, a determinação de obrigatoriedade dessa prerrogativa da SUDAM, limita sobremaneira os interessados e restringe a competição.

Além disso, constitui fator que afeta o oferecimento da proposta, pois invariavelmente tais agregados compõem uma faixa etária mais elevada e isso encarece o plano de saúde, em prejuízo à administração pública e violação do princípio da obtenção da proposta mais vantajosa, além de não estar de acordo com a pesquisa de mercado que instrumentalizou o processo, já que como esses agregados não constam da base de dados do RH fatalmente não podem compor o pool de risco que será considerado para precificação da proposta.

Em segundo lugar, levamos ao conhecimento de Vossas Senhorias a necessidade de reconsiderar a forma de exigência do item 5.6 do Termo de Referência atinente à manutenção de dependentes e caso de falecimento do servidor. Vejamos o item:

5.6 - Após o falecimento do servidor , os dependentes referidos no inciso III, poderão permanecer no plano de assistência à saúde de que trata Termo de referência, **nas mesmas condições contratuais**, mediante opção a ser efetivada junto a SUDAM.

Essa redação não está de acordo com o que preconiza a Lei 9656/98 que dispõe sobre os planos de saúde. De acordo com essa norma, a manutenção do contrato se dá nas mesmas condições de cobertura assistenciais e não contratuais.

Art. 30. Ao consumidor que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de **rescisão** ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, **nas mesmas condições de cobertura assistencial** de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

§ 3º Em caso de morte do titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano ou seguro privado coletivo de assistência à saúde, nos termos do disposto neste artigo.

Art. 31. Ao aposentado que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de dez anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, **nas mesmas condições de cobertura assistencial** de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

§ 2º Para gozo do direito assegurado neste artigo, observar-se-ão as mesmas condições estabelecidas nos §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 30.

Ainda, em relação ao item 15.1.27 temos a considerar que de acordo com a nova lei geral de proteção de dados pessoais, tal compartilhamento é vedado (Lei 13.790), pois se trata de dado pessoal sensível de titularidade do servidor.

"15.1.27 - Disponibilizar mensalmente, relatórios estatísticos mensais não sigilosos de utilização de todos os serviços discriminados por grupo familiar e por tipo de evento".

Com efeito, na forma do art. 11 da lei 13.790 (LGPD), o tratamento de dados sensíveis apenas pode ocorrer em determinadas hipóteses legais, donde não se inclui a finalidade especificada no referido item editalício. Vejamos o art. 11:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da [Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 \(Lei de Arbitragem\)](#);

e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#). [Vigência](#)

g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Por fim, no item 18.8.2 consta a obrigação de fornecer certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial. Ocorre que essa certidão é emitida presencialmente para os CNPJ's que tenham processo cível ativo, independentemente da natureza da ação judicial. Assim, com a pandemia e com a suspensão das atividades presenciais do fórum cível, fica inviável a obtenção desse documento.

Vale frisar que essa exigência não se aplica às operadoras de plano de saúde, pois estas não se sujeitam à lei de falências, mas sim, sofrem processo de liquidação extrajudicial, na forma da Lei 5764/71 e Resolução normativa 316 da Agência nacional de saúde suplementar.

Veja o que dispõe a Lei 5764/71:

CAPÍTULO XI Da Dissolução e Liquidação

Art. 63. As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito:

I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pelo decurso do prazo de duração;

III - pela consecução dos objetivos predeterminados;

IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro.

Art. 64. Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado ou por iniciativa do órgão executivo federal.

Art. 65. Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação.

§ 1º O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a audiência do respectivo órgão executivo federal.

Ao seu turno, o órgão federal a que se refere o art. 65, §1º, no caso das cooperativas que operam plano de saúde, é a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Ao seu turno, a ANS dispõe sobre o procedimento de liquidação na esteira da Resolução Normativa nº. 316, de 30 de novembro de 2012, a qual dispõe sobre os regimes especiais de direção fiscal e de liquidação extrajudicial sobre as operadoras de planos de assistência à saúde e revoga a RDC nº 47, de 3 de janeiro de 2001, e a RN nº 52, de 14 de novembro de 2003.

Desse modo, tal exigência não está de acordo com o arcabouço normativo do setor de saúde suplementar, nem traz uma alternativa para tal comprovação para aqueles que não se extinguam via processo de falência ou passam por processo de recuperação judicial ou extrajudicial.

Por todo o exposto, requer-se o conhecimento da presente impugnação, eis que tempestiva, bem como o seu acolhimento para corrigir as questões apontadas e determinar a republicação do edital na forma da lei, designando-se nova data para a realização do certame.

Termos em que pede e espera deferimento.

Ficamos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

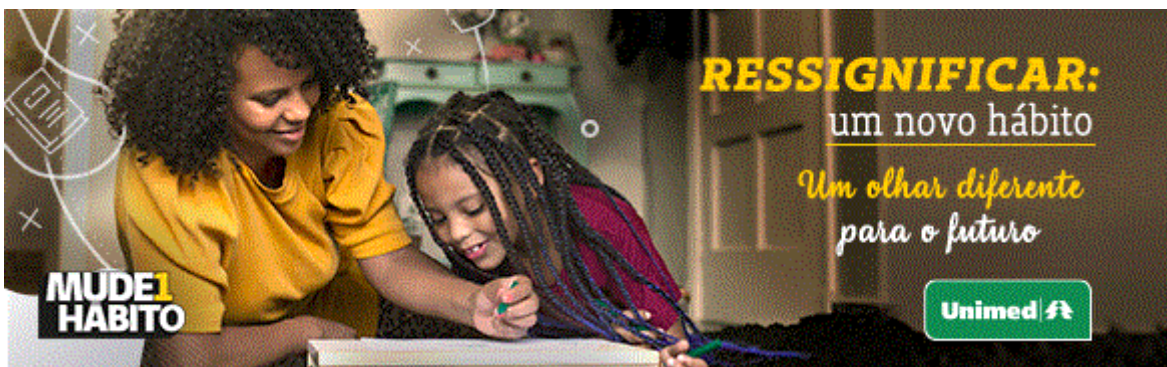
WALLACI PANTOJA DE OLIVEIRA

Gestor(a) Jurídico
UNIMED BELEM

wallaci.oliveira@unimedbelem.com.br

www.unimedbelem.com.br

t (91) 4009-5213 | 5276



De: EWERTON SILVA DA CRUZ <ewerton.cruz@unimedbelem.com.br>

Enviado: segunda-feira, 8 de março de 2021 15:47

Para: WALLACI OLIVEIRA <wallaci.oliveira@unimedbelem.com.br>

Cc: ABRAHAM BENDAHAM <abraham.bendahan@unimedbelem.com.br>

Assunto: TERMO DE REFERÊNCIA SUDAM

Classificação da Informação: Restrito.

Boa tarde!

Encaminho o Termo de referência da SUDAM.

Atenciosamente,

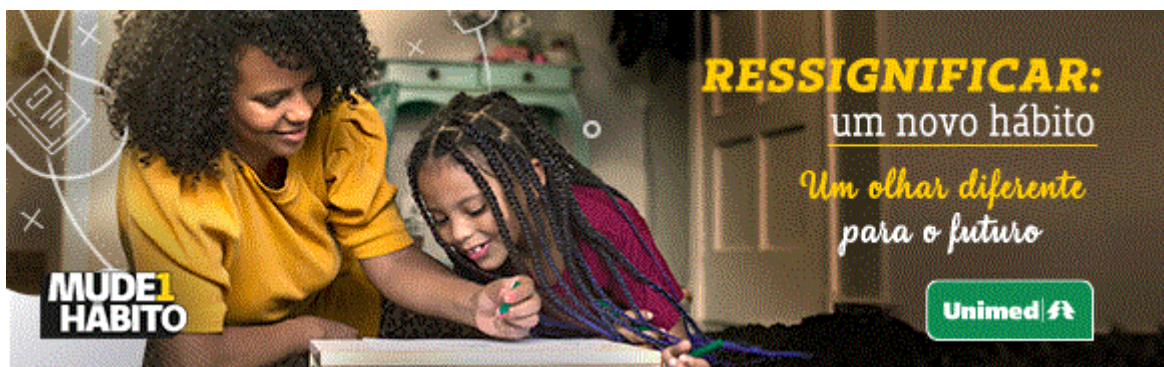
EWERTON SILVA DA CRUZ









Analista de Relacionamento Empresarial
UNIMED BELEM

ewerton.cruz@unimedbelem.com.br

www.unimedbelem.com.br

t (91) 4009-5988 |



-
-  **Anexo I - Termo de Referência.pdf**
668 KB
 -  **ANEXO II - Relatório de Cobertura máxima.pdf**
105 KB
 -  **Anexo III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.pdf**
84 KB
 -  **EDITAL _PREGÃO_Nº 02-2021_PLANO DE SAÚDE.doc**
331 KB
 -  **Ata de Eleição da Nova Diretoria 2017_2021.pdf**
2 MB
 -  **Estatuto Social 04.11.2019 - Versão 11.0.pdf**
2 MB
 -  **PROCURAÇÃO JURÍDICO INTERNO.pdf**
765 KB
 -  **Anexo Resolução Nº 60.pdf**
5 MB
-